



**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 16 DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
PENAMACOR NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2016.**

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**1. Parecer Prévio para Prestação de Serviços – “Elaboração de Projeto da Reabilitação do Edifício do Teatro Clube”;** -----

**2. Finanças Municipais.** -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O senhor vereador Pedro Miguel Naves Folgado não compareceu à reunião por motivos profissionais, considerando-se a falta justificada. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 5 de agosto do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

**O Sr. Vereador Vítor Gabriel** referiu que lhe têm sido reportadas situações deficitárias na recolha do lixo em várias freguesias do concelho. Solicitou a intervenção do senhor presidente no sentido de as mesmas serem ultrapassadas, de modo a que o serviço tenha a qualidade que o concelho merece. -----

**O Sr. Presidente António Soares** relativamente à questão da recolha do lixo, disse já ter reportado as situações deficitárias à empresa concessionária. Deu conhecimento que este ano houve um acréscimo de lixo e que em articulação com os presidentes de junta poderá ser feito um reforço de contentores em algumas artérias nas freguesias. -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

### **1 – PARECER PRÉVIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – “ELABORAÇÃO DE PROJETO DA REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DO TEATRO CLUBE”.** -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Resulta do disposto no artigo 6.º do Decreto – Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação e do disposto nº 5 e no nº 10 do artigo 35º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, conjugado com o nº 18 do mesmo artigo, que a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, depende de parecer prévio favorável do Órgão Executivo, relativamente à verificação dos requisitos do nº 6 do mesmo artigo 35º, sob pena da nulidade do contrato. -----

Os trâmites e os termos do parecer prévio encontram-se regulamentados na Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Deste modo, torna-se necessário obter parecer favorável da Câmara Municipal previamente à decisão sobre a abertura de procedimento para formação de contrato, na modalidade de ajuste direto – regime geral e com fundamento na alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com convite a três prestadores de serviço, nomeadamente Páginas da Memória - Unipessoal, Lda., MTD, Engenharia, Lda. e Procibuild – Investimentos e Engenharia Global, Lda., com vista à celebração, pelo prazo de 30 dias, de contrato de prestação de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica, para prestar serviços de Elaboração de Projeto da Reabilitação do Edifício do Teatro Clube. -----

A emissão de parecer pelo Órgão Executivo, depende da verificação dos requisitos cumulativos previstos no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, designadamente da constatação de que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, sem prejuízo da obediência ao regime de aquisição de serviços previsto no Código dos Contratos Públicos atualizado e da verificação de que se encontrem regularizadas a situação fiscal e perante a segurança social do prestador de serviço, além da confirmação da existência de cabimento orçamental. -----

Assim, há que ter em consideração o seguinte: -----

Está em causa um procedimento de contratação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços de consultadoria técnica para Elaboração de Projeto da Reabilitação do Edifício do Teatro Clube pelo prazo de 30 dias. -----

O pedido de parecer tem de ser instruído, por força do que dispõe o nº 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, e das várias disposições para as quais remete, com os elementos que permitam determinar com rigor o seguinte: -----

a) Que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

b) Que se encontra confirmada a existência de cabimento orçamental da despesa; -----

c) Inexistência de impedimento à celebração do contrato; -----

d) Que a entidade convidada têm regularizada as situações perante o fisco e a segurança social. -----

Assim, estando verificados os requisitos legais atrás referidos, proponho que seja deliberado emitir parecer prévio favorável à abertura de procedimento de formação de contrato e consequente celebração de contrato de prestação de serviços de Elaboração de Projeto da Reabilitação do Edifício do Teatro Clube na modalidade de consultoria técnica. Para o efeito, esclarece-se o seguinte:

a) O objeto do procedimento é pois, tecnicamente determinado e específico, e os serviços serão necessariamente executados de modo autónomo e não subordinado, sem imposição de horário, com autonomia técnica e sem obediência a ordens diretas relativamente ao modo de execução, limitando-se os serviços da Câmara Municipal a fornecer algum apoio se necessário. -----

A inconveniência de recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público resulta do facto de o serviço ser excecional e pontual no sentido de não comportar regularidade ao longo dos dias e semanas de cada mês, sendo inconveniente e desproporcionado neste caso o estabelecimento de uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado. -----

b) O parecer pressupõe cabimento orçamental da despesa, a qual não deverá ultrapassar o valor total de 72 570,00 euros, acrescido de IVA à taxa em vigor, encontra-se assegurado e está previsto no Orçamento para 2016, como se comprova através dos documentos em anexo. Os pagamentos respeitantes ao contrato apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----

c) A aquisição de serviços será feita nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos atualizado, e o procedimento para formação do contrato será o ajuste direto – regime geral, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do referido Código dos Contratos Públicos atualizado; -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

d) Os prestadores de serviço têm regularizada a situação fiscal e a situação contributiva; -----

e) Os prestadores de serviço não têm qualquer impedimento à celebração do contrato. -----

Mais proponho que a deliberação de dar parecer favorável seja aprovada em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **2 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----**

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 7.852.887,34 euro e uma despesa também acumulada de 4.993.046,62 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----**

Não havia público presente na reunião. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e quarenta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, \_\_\_\_\_, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Teresa Bento Ribeiro

\_\_\_\_\_  
António Luís Beites Soares

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_